



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**02/11/2016**

# INDICE

---

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. DECISÕES.....	1 - 2
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	3 - 4
2.2. CEMULHER.....	5
2.3. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	6 - 7
2.4. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	8 - 9
3. JORNAL CORREIO POPULAR	
3.1. CONVÊNIOS.....	10
3.2. DECISÕES.....	11
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. CONVÊNIOS.....	12 - 13
4.2. VARA CRIMINAL.....	14
5. JORNAL EXTRA	
5.1. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	15
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. CEMULHER.....	16
6.2. COMARCAS.....	17
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	18
7.2. AÇÕES TJMA.....	19 - 20
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. CONVÊNIOS.....	21
8.2. DECISÕES.....	22
8.3. DESEMBARGADOR.....	23 - 24
8.4. VARA CRIMINAL.....	25 - 27



**Ex-prefeito de Bacabal  
condenado pela Justiça**

Os desembargadores da 2ª Câmara Cível do TJ/MA mantiveram duas sentenças que condenaram o ex-prefeito de Bacabal, Raimundo Nonato Lisboa, ao pagamento de multa civil equivalente a 100 vezes a remuneração do cargo; à suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o Poder Público, ambos pelo prazo de três anos. **PÁGINA 3**



# Ex-prefeito de Bacabal condenado pela Justiça

Os desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) mantiveram duas sentenças que condenaram o ex-prefeito de Bacabal, Raimundo Nonato Lisboa, ao pagamento de multa civil equivalente a 100 vezes a remuneração do cargo; à suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o Poder Público, ambos pelo prazo de três anos. Raimundo Lisboa foi condenado de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa e ações que tramitaram no juízo da 1ª Vara da Comarca de Bacabal.

As duas ações civis públicas foram propostas pelo Ministério Público do Maranhão (MP-MA), atribuindo ao ex-prefeito a conduta de contratação irregular de servidores sem prévio concurso público, durante exercícios anteriores, configurando ato de improbidade administrativa.

Em dois recursos contra condenações semelhantes, o ex-gestor pediu a redução da pena imposta e pontuou que as contratações teriam o fim de atender excepcional interesse público, cobrindo falta de professores. Afirmou que não houve demonstração de dolo, lesividade, malversação de recursos ou má-fé do administrador, entre outros argumentos.

O relator do processo, desembargador Marcelo Carvalho, frisou os casos de contratação irregular tratados nos processos, conduta que se enquadra em dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa,

atentando contra princípios da Administração Pública, independentemente de ter causado dano ao erário.

Para o magistrado, o ex-gestor não cumpriu com o dever de realizar concurso público para contratação de pessoa, que é um dos pilares do Estado Democrático de Direito e representa a efetivação do direito à igualdade e dos princípios que regem a Administração Pública, como impessoalidade e moralidade.

“Embora a lei não exija prejuízo ao erário para configuração de ato de improbidade, é indispensável a presença de conduta dolosa do agente público, que no presente caso caracteriza-se pela vontade livre e consciente de agir em desacordo com a lei”, justificou.

O relator ressaltou, ainda, que a contratação temporária é válida quando existe excepcional interesse público, com demonstração da real urgência, não se aplicando a exceção às atividades típicas da administração, de atuação rotineira e contínua.

Marcelo Carvalho observou que a Lei de Improbidade objetiva proteger não apenas o patrimônio material da Administração, mas, também, os valores morais, aos quais todo o cidadão tem o direito de ver preservados pelo agente público. “É o que ocorre neste caso, em que optou o apelante por um meio absolutamente inconstitucional, ilegal, imoral, parcial e desleal, para a contratação de “funcionários públicos”, avaliou.

## ■ RESSOCIALIZAÇÃO ■

# Juizado repassa mais de R\$ 160 mil para projetos sociais

O 1º Juizado Criminal da capital São Luís (1º Jecrim) repassou para entidades da sociedade civil organizada o valor de R\$ 163.130,90 (cento e sessenta e três mil, cento e trinta reais e noventa centavos) referentes à arrecadação com transação penal realizada na unidade ao longo de 2016. A entrega dos valores foi feita na manhã desta terça-feira (1º), pela juíza Andrea Perlmutter Lago, titular do 1º Jecrim, que fica localizado no Fórum de Justiça Desembargador Sarney Costa, no Calhau.

Ao todo foram contempladas 17 entidades, cada uma recebeu valores que variam de R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme orçamento da proposta apresentada. Todos os projetos apoiados pela ação do 1º Jecrim são de cunho social e visam a atender atividades essenciais a segurança pública, educação e saúde.

A magistrada falou do rigor que o juizado tem na gestão desses recursos e lembrou da importância da prestação de contas que deve ser feita pela entidade beneficiada. “A demanda é muito grande e chegamos a receber cerca de cem projetos por ano. Assim, para atender um número maior de instituições, nós trabalhamos com o valor limite de dez mil reais. Após o recebimento, cada instituição é visitada pela equipe multiprofissional e tem um prazo de até 90 dias para executar o projeto e prestar contas do valor investido”, esclareceu Andrea Lago.

Para Ana Zélia, represen-

tante da Creche Tia Júlia, localizada no Bairro Sacavém, a valor repassado pelo 1º Jecrim é de fundamental importância para montagem da brinquedoteca proposta no projeto base. A creche atende gratuitamente 180 crianças por dia e também tem projetos voltados para idosos. “Vamos conseguir construir um espaço lúdico melhor estruturado e que vai contribuir na educação e formação das crianças atendidas”, informou.

Outra entidade atendida foi o Instituto Antonio Jorge Dino, que apresentou importante projeto para compra de medicamento para dor, utilizado por pessoas que estão em tratamento contra o câncer.

A transação penal - O instituto da transação penal, na prática, se configura como uma espécie de acordo em que a parte supostamente autora da ação delitiva aceita uma proposta do representante do Ministério Público para encerrar uma ação. Das propostas, as mais comuns são a prestação de serviços à comunidade e o pagamento de valores em moeda corrente, que posteriormente é revertido para projetos sociais por meio das doações.

Atualmente, os procedimentos relativos à destinação de valores são regulamentados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mediante a Resolução 154. Posteriormente, a Corregedoria da Justiça do Maranhão também instituiu norma (Provimento 10/2012) que orienta as unidades judiciais sobre os critérios aplicados na gestão e destinação dos recursos.



**A magistrada falou do rigor que o juizado tem na gestão desses recursos**

# Violência de gênero é tema de reunião entre TJMA e entidades femininas

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha, recebeu representantes do Fórum Maranhense de Mulheres, Rede Amiga da Mulher e Conselho Maranhense de Condição Feminina, a fim de discutir questões relacionadas a garantias de segurança jurídica nas lides que versam sobre violência de gênero no Maranhão.

Durante a reunião, que aconteceu na sexta-feira (28), uma das coordenadoras do Fórum Maranhense de Mulheres, Maria Mary Ferreira, protocolou documento ao TJMA, apresentando pedidos com o fim de melhorias nos julgamentos de processos que envolvem mulheres vítimas de violência doméstica e familiar

no Estado. Entre as solicitações, a realização de cursos de formação continuada para magistrados sobre a Lei Maria da Penha e suas aplicações, qualificação para realização de oitiva de crianças e fóruns de discussão entre magistrados e a sociedade sobre o tema.

O desembargador Cleones Carvalho Cunha ressaltou que o trabalho de formação continuada sobre o tema tem sido desenvolvido junto aos magistrados e servidores e afirmou que o Judiciário, através da Escola da Magistratura do Maranhão, poderá organizar mais cursos relacionados à Lei Maria da Penha, além de promover fóruns de discussão aberta entre o Judiciário, entidades representativas e sociedade, por meio da Coordenadoria

Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER) do TJMA e apoio às atividades organizadas pelos movimentos.

O presidente destacou, ainda, os trabalhos promovidos pelo Judiciário que tem fomentado a valorização da mulher e combate a cultura do estupro, como a I Semana Estadual de Valorização da Mulher, que aconteceu em julho deste ano, organizado pela CEMULHER, cuja presidência é da desembargadora Angela Salazar. Além disso, foram realizados mutirões de julgamentos em todo o Maranhão e, ainda, atividades como seminários que discutiram o tema com a sociedade.

## 'CARTÓRIO DO FUTURO'

# Projeto busca agilizar trâmite de processos nas varas da Fazenda Pública



### Projeto foi apresentado pelo juiz corregedor Gladiston Cutrim

A Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) estuda projeto que objetiva unificar as secretarias judiciais das cinco primeiras varas da Fazenda Pública do termo da comarca da Ilha de São Luís, através de

uma Secretaria Remota Digital (SRD), que irá agilizar a tramitação processual nessas unidades. O projeto, denominado Cartório do Futuro, foi apresentado à corregedora-geral, desembargadora Anildes Cruz,

pelo juiz corregedor Gladiston Cutrim (Planejamento Estratégico), no último dia 27.

A Secretaria Remota Digital seria estruturada para atender exclusivamente os processos eletrônicos das cinco varas

da Fazenda Pública, possuindo uma coordenação e setores distintos por atividades, sem a necessidade da criação de novos cargos e aquisição de novas tecnologias. As seções da SRD serão divididas em três partes: processamento (cumprimento das deliberações do gabinete do magistrado); movimentação (controle de prazos, etc); e atendimento ao público.

Segundo o magistrado, a existência de uma secretaria híbrida com processos físicos e eletrônicos, a crescente demanda processual e o alto índice de congestionamento nessas unidades judiciárias tornam necessária a implementação de modelos de gestão de produtividade cada vez mais eficientes, otimizando recursos humanos e tecnológicos. “No âmbito do Poder Judiciário do 1º grau, a sugestão é a adoção de um modelo já existente em outros estados, onde os resultados são tecnicamente garantidos”, ressaltou Gladiston Cutrim.

De acordo com o juiz Gladiston Cutrim, seria inviável adotar o mesmo tipo de ges-

tão para os processos físicos e eletrônicos, de forma que o estudo de diversos modelos possibilitou a elaboração de uma proposta inicial de implantação do Cartório do Futuro.

“A experiência do Ceará mostrou que uma equipe de 28 servidores que respondem por 15 varas da Fazenda Pública, conseguiram - nos dez primeiros meses após a instalação - aumentar em 54% a quantidade de movimentações processuais e emissões de documentos, e ampliar em 115% o número de juntadas aos autos”, pontuou o juiz de Planejamento Estratégico.

Conforme dados extraídos do sistema PJe (Processo Judicial Eletrônico), mais de 13 mil processos aguardam algum tipo de tratamento por parte das secretarias judiciais da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª varas da fazenda pública da capital. “São processos já despachados, sentenciados ou que aguardam algum tratamento pela secretaria judicial”, afirma o juiz Carlos Henrique Veloso, titular da 2ª vara da Fazenda Pública. O magistrado compõe comissão constituída pela Corregedoria,

para discutir a elaboração de um plano de gestão para essas unidades.

A corregedora Anildes Cruz conheceu experiências já trabalhadas em outros Tribunais de Justiça, como o do Mato Grosso do Sul (TJMS), Ceará (TJCE), Santa Catarina (TJSC) e São Paulo (TJSP).

A magistrada ressaltou que a proposta é bem vinda, principalmente, num momento em há necessidade de buscar saídas para a redução do índice de congestionamento processual, e que não acarretem novos custos. “A proposta é moderna e baseada em projetos que já apresentam resultados, por isso iremos levá-la ao presidente Cleones Cunha, e demais colegas no Pleno do TJMA”, ratificou a desembargadora corregedora.

A juíza auxiliar da CGJ, Rosângela Prazeres, e o diretor da Secretaria da Corregedoria, Gustavo Campos, também participaram do encontro que discutiu a proposta apresentada pela Coordenação de Planejamento Estratégico da Corregedoria.

## **JUSTIÇA DETERMINA REGULARIZAÇÃO SANITÁRIA EM CINCO BAIRROS DE SÃO LUÍS**

*O Município de São Luís, a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) e o Estado do Maranhão foram condenados a executar, no prazo de três anos, a regularização sanitária dos bairros Sol e Mar, Divinêia, Vila Luizão, Vila Litorânea e Brisa do Mar, por meio da implantação de uma rede pública de abastecimento de água e de coleta de esgotos. A determinação judicial, de cinco de outubro, é resultado de Ação Civil Pública, ajuizada em 2010, pelo titular da 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Urbanismo da Capital, Luís Fernando Cabral Barreto Junior, a pedido do titular da 1ª Promotoria de Justiça Itinerante, Vicente de Paulo Silva Martins. - Pag. 6*

## Justiça determina regularização sanitária em cinco bairros de São Luís

O Município de São Luís, a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) e o Estado do Maranhão foram condenados a executar, no prazo de três anos, a regularização sanitária dos bairros Sol e Mar, Divinéia, Vila Luizão, Vila Litorânea e Brisa do Mar, por meio da implantação de uma rede pública de abastecimento de água e de coleta de esgotos.

A determinação judicial, de cinco de outubro, é resultado de Ação Civil Pública, ajuizada em 2010, pelo titular da 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Urbanismo da Capital, Luís Fernando Cabral Barreto

Junior, a pedido do titular da 1ª Promotoria de Justiça Itinerante, Vicente de Paulo Silva Martins.

Os problemas foram denunciados pela população durante permanência do órgão itinerante na área do Sol e Mar (que abrange os cinco bairros), no período de agosto de 2009 a fevereiro de 2010.

### PRECARIEDADE

Na decisão, foram acolhidos os argumentos do MPMA de que não há sistema de coleta e tratamento de esgoto, além de abastecimento de água na área.

Segundo o Ministério Público, os problemas levam os moradores a adotar soluções precárias e indivi-

duais de esgotamento. Para suprir a falta de fornecimento de água, a população paga pelo uso de poços artesianos particulares.

Pela decisão, proferida pelo titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins, os três réus têm seis meses para apresentar, em juízo, o cronograma para o cumprimento da sentença.

A multa por descumprimento de qualquer das determinações foi estabelecida em R\$ 1 mil diários, a serem pagos, individualmente, pelos três réus. O montante deve ser encaminhado ao Fundo Estadual de Direitos Difusos.

## Em coletiva, SSP divulga balanço da Operação 'Eleições 2016' no segundo turno

O segundo turno das eleições na capital transcorreu sem registros de ocorrências e dentro da normalidade. Balanço divulgado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP-MA) apontou como resultado da operação 'Eleições 2016' apenas três situações no período, todas consideradas de menor potencial ofensivo e que não resultaram em autuação ou prisão. Para os casos foram abertos Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCOs) para fins de controle do sistema. O anúncio foi feito durante coletiva à imprensa, na manhã desta segunda-feira (31), na sede da SSP, Vila Palmeira.

"Parabenizo o trabalho de toda a corporação que se compromissou em garantir a total segurança neste segundo momento das eleições, conforme foi pactuado com a Justiça Eleitoral. O Estado prestou seu apoio ao aparato federal e tivemos esse resultado positivo", ressaltou o secretário de Estado de Segurança Pública, Jefferson Portela. O secretário atribuiu o sucesso da operação 'Eleições 2016' ao trabalho conjunto de todas as polícias – do Estado, Federal – com apoio do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). "Trabalhamos com a integração das forças policiais, resultando na normalidade do pleito. Queremos levar essa integração para além do período eleitoral", reforçou Portela.

O balanço do segundo turno regis-

trou um caso de declaração aberta de voto em seção eleitoral, o que não é permitido. O autor foi orientado a não proceder no ato. Outro caso refere à utilização de material de campanha em via pública, também proibido por configurar possibilidade de indução do eleitor. E o terceiro caso foi de um advogado atuando como fiscal de coligação que portava botton do candidato. Ele foi orientado a retirar o material para prosseguir no trabalho de fiscalização. "A operação preventiva da Segurança conseguiu coibir os crimes mais comuns deste período como a compra de votos e a boca urna, e, qualquer ocorrência que pudesse tumultuar esse momento democrático", destacou o delegado geral de Polícia Civil, Lawrence Melo.

O delegado Lawrence Melo acrescentou, ainda, que as eleições foram tranquilas e a vontade popular plenamente exercida. Para o comandante geral da Polícia Militar, José Frederico Pereira. "O compartilhamento de informações e o trabalho conjunto das Forças culminaram com este que foi um dos processos eleitorais mais tranquilos que já tive conhecimento, em toda a minha experiência com eleições", enfatizou Pereira.

Participaram, ainda, da coletiva o comandante geral do Corpo de Bombeiro, coronel Célio Roberto, cujas equipes fizeram a guarda das urnas durante o período; e o Superintendente de Polícia Civil do Interior (SPCC),

Dircival Rodrigues.

A SSP-MA destacou um contingente de mais de 11 mil policiais, sendo 600 policiais militares exclusivamente para garantir a escolta das urnas às seções de votação para o segundo turno eleitoral em São Luís – incluídos aí, equipes do interior do estado e Corpo de Bombeiro. Foram 16 equipes de policiais distribuídos para garantir que as 1.968 urnas fossem entregues nos 260 locais de votação para as eleições. O planejamento contou ainda com reforço de 1,5 mil oficiais das Forças Armadas.

**TRE confirma êxito** - A tranquilidade do processo foi atestada, também, pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Lourival Serejo. Ele elogiou o trabalho de todos os envolvidos no processo eleitoral, destacando o esquema de segurança que garantiu tranquilidade antes, durante e após a votação. "Temos a satisfação de fazer este anúncio coroado de êxito. Atravessamos esse processo com coragem, planejamento, organização e muita disposição de nossos servidores e isto é um orgulho para a Justiça Eleitoral em prestar esse serviço à comunidade de São Luís e à democracia", disse o desembargador. Serejo ressaltou ainda o compromisso com a ética, transparência, celeridade e com a solidificação da República no processo. "E a imprensa, novamente, agiu como aliada porque contribuiu para a transparência das eleições", destacou. (Secap)

# Ex-prefeito de Bacabal é condenado por improbidade administrativa

Os desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) mantiveram duas sentenças que condenaram o ex-prefeito de Bacabal, Raimundo Nonato Lisboa, ao pagamento de multa civil equivalente a 100 vezes a remuneração do cargo; à suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o Poder Público, ambos pelo prazo de três anos. Raimundo Lisboa foi condenado de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa e ações que tramitaram no juízo da 1ª Vara da Comarca de Bacabal.

As duas ações civis públicas foram propostas pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), atribuindo ao ex-prefeito a conduta de contratação irregular de servidores sem prévio concurso público, durante exercícios anteriores, configurando ato de improbidade administrativa.

Em dois recursos contra condenações semelhantes, o ex-gestor pediu a redução da pena imposta e pontuou que as contratações teriam o fim de atender excepcional interesse público, cobrindo falta de professores. Afirmou que não houve demonstração de dolo, lesividade, malversação de recursos ou má-fé do administrador, entre outros argumentos.

O relator do processo, desembargador Marcelo Carvalho, frisou os casos de contratação irregular tratados nos processos, conduta que se enquadra em dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa, atentando contra princípios da Administração Pública, indepen-

dentemente de ter causado dano ao erário.

Para o magistrado, o ex-gestor não cumpriu com o dever de realizar concurso público para contratação de pessoa, que é um dos pilares do Estado Democrático de Direito e representa a efetivação do direito à igualdade e dos princípios que regem a Administração Pública, como impessoalidade e moralidade.

“Embora a lei não exija prejuízo ao erário para configuração de ato de improbidade, é indispensável a presença de conduta dolosa do agente público, que no presente caso caracteriza-se pela vontade livre e consciente de agir em desacordo com a lei”, justificou.

O relator ressaltou ainda que a contratação temporária é válida quando existe excepcional interesse público, com demonstração da real urgência, não se aplicando a exceção às atividades típicas da administração, de atuação rotineira e contínua.

Marcelo Carvalho observou que a Lei de Improbidade objetiva proteger não apenas o patrimônio material da Administração, mas, também, os valores morais, aos quais todo o cidadão tem o direito de ver preservados pelo agente público.

“É o que ocorre neste caso, em que optou o apelante por um meio absolutamente inconstitucional, ilegal, imoral, parcial e desleal, para a contratação de “funcionários públicos”, avaliou. Processos: 43.200/2015 /360342016. (Assessoria de Comunicação do TJMA)

Governo

# **Deputados começam a discutir orçamento para 2017**

POLÍTICA 3

# Deputados começam a discutir orçamento de R\$ 18 bilhões do Governo

Peça foi apresentada a deputados em audiência com consultor legislativo da Casa para o esclarecimento de dúvidas; votação deve ocorrer em dezembro

RONALDO ROCHA  
Da editoria de Política

**A** Assembleia Legislativa começou a discutir ontem, por meio da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle da Casa, o Projeto de Lei Orçamentária (PLO) do Governo do Estado para o exercício financeiro de 2017. O colegiado realizou uma audiência no plenário do parlamento para tratar do tema. O consultor legislativo Flávio Olímpio foi quem fez o detalhamento da peça aos deputados.

O orçamento do Governo do Estado para o próximo ano é de R\$ 18.261.620.064,00. São exatos R\$ 4,1 bilhões a mais do que teve a ex-governadora Roseana Sarney (PMDB) para executar no último ano de gestão.

Na reunião, os deputados discutiram as despesas de custeio, que envolvem o pagamento da folha de pessoal e os encargos, com previsão orçamentária de R\$ 8,8 bilhões; orçamento destinado para a Assembleia Legislativa, para o Tribunal de Justiça e para a Procuradoria Geral de Justiça (PGJ).

## Crítica

No que diz respeito às despesas do Executivo com a folha de pagamento, foi constatado aumento real de 12% em relação ao orçamento 2016, como já havia apontado *O Estado* em reportagem especial.

O deputado estadual Adriano Sarney (PV), que participou das discussões, criticou a peça encaminhada pelo governador Flávio Dino (PCdoB) à Assembleia. Ele citou o aumento das receitas tributárias e os gastos do Executivo.



Agência Assembleia

Na primeira audiência sobre o orçamento, consultores da Assembleia explicaram questões da peça

## TRAMITAÇÃO

### Orçamento precisa passar em comissão

O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro 2017 ainda precisa ser analisado, votado e aprovado pela Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa, para somente depois ser submetido ao plenário da Casa. A peça pode receber emendas de deputados e também ser alterada. A previsão do Governo do Estado é de que o projeto seja aprovado em dezembro

“Outra questão que me chamou a atenção foi o aumento do endividamento do Estado. Aprovamos aqui na Assembleia Legislativa alguns empréstimos importantes, inclusive internacionais, que vão aumentar esse endividamento. Outra questão foi um projeto aprovado pela Casa, que cria a UemaSul, mas o PLO para 2017 não contempla novas vagas de emprego para a universidade. Então, a pergunta que fica é: como o governador pretende criar a UemaSul se nós não estamos contemplando no PLO novas vagas? São questões que ficam no ar e que serão discutidas”, pontuou.

## Comunicação

No mês passado, *O Estado* mostrou que a peça orçamentária do Governo do Estado prevê aumento de mais de R\$ 15 milhões das despesas com Comunicação Social.

No atual exercício financeiro, a

lei aprovada pelos deputados maranhenses apontava para uma estimativa de gasto de R\$ 43,8 milhões com essa rubrica.

Já para o ano que vem a expectativa do Executivo é destinar 58,9 milhões à Secretaria de Estado da Comunicação Social e Assuntos Políticos (Secap), pasta comandada pelo presidente do PCdoB, Marcio Jerry.

Já em relação aos gastos com a folha de pessoal, *O Estado* mostrou a previsão de aumento real, de R\$ 700 milhões.

Segundo o documento analisado ontem pelos deputados, a despesa do Executivo com pessoal saltará de R\$ 6,38 bilhões para 7,09 bilhões, um aumento exato de R\$ 713.234.058,00, o que mantém o governo Flávio Dino sob pressão no que diz respeito ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). ●

# PMs indiciados por morte de Bertin vão recorrer ao TJ

Sargento Serrão diz que ele e seus colegas de farda não praticaram o crime ocorrido em 2007

O sargento da Polícia Militar Benedito Manoel Martins Serrão disse ontem a **O Estado** que, junto com os outros militares, soldado Raimundo Nonato Gomes Salgado e o sargento José Evangelista Duarte Sousa, vão recorrer ainda este mês ao Tribunal de Justiça para não irem a júri popular pelo assassinato do prefeito cidade de Presidente Vargas, Raimundo Bartolomeu Santos Aguiar, o Bertin, e pela tentativa de homicídio ao ex-secretário de Esportes desse município, Pedro Pereira de Albuquerque, o Pedro Pote. O fato ocorreu no dia 6 de março de 2007, no povoado Cigana, zona rural de Itapecuru-Mirim.

No último dia 26, o Poder Judiciário divulgou que esses três militares foram pronunciados a júri popular por esse crime, mas a data do julgamento até a tarde de ontem estava sem previsão. O caso está tramitando na 2ª Vara de Itapecuru-Mirim e, conforme versa o Código de Processo Penal, a decisão de pronúncia deve ser proferida quando, ante as provas produzidas durante o sumário da culpa, convencer o magistrado da existência do crime e de que há indícios suficientes de que foi o réu o autor do crime em apuração. Cumpre asseverar, ainda, que a decisão de pronúncia é mero juízo de admissibilidade da acusação.

“A nossa defesa vai impetrar uma ação judicial para não sermos julgados por esse crime, pois somos inocentes”, afirmou o sargento Serrão. Ele declarou que dará entrada nesse pedido no Tribu-

De Jesus



Sargento Serrão nega o crime

nal de Justiça no decorrer deste mês. Segundo ele, no dia do fato estava em sua residência, na cidade de Rosário, em companhia de sua esposa e de seu filho, na época com 1 ano e 7 meses.

Ele também informou que os outros dois amigos de farda também não participaram desse crime. “O soldado Salgado estava em Vargem Grande e o sargento Evangelista na cidade de São Benedito do Rio Preto”, afirmou Serrão.

Ainda segundo Serrão, no dia 30 de março de 2007 foi depor como testemunha do caso na sede da Secretaria de Segurança Pública (SSP), na Vila Palmeira, e acabou ficando preso por um período de 1 ano, 9 meses e 10 dias no Comando Geral da Polícia Militar, no Calhau, como um dos envolvidos. Os outros dois militares também foram presos, mas no momento estão em liberdade. ●

Íntegra em [oestadoma.com/417398](http://oestadoma.com/417398)

## ENFIANDO O DEDO

# Juiz homologa acordo para sistema biométrico de ponto no TCE-MA

Em Audiência de Conciliação ocorrida na segunda-feira (31), na Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, o titular da vara, juiz Douglas de Melo Martins, homologou acordo entre Ministério Público, Estado do Maranhão e Tribunal de Contas do Estado do Maranhão no qual Estado e TCE se comprometem a adaptar o sistema de controle biométrico de ponto dos servidores do órgão (TCE). Segundo o documento, os réus (Estado e TCE) têm 45 dias para juntarem aos autos a resolução plenária que regulamenta o acordo. Findo esse prazo, os réus têm mais 45 dias para a implantação das alterações.

Pelo acordo, serão exigidas, no mínimo, duas batidas por dia, controlando entrada e saída dos servidores. Ainda segundo o documento, membros do TCE (conselheiros e conselheiros substitutos), procuradores, secretários de Administração e de Controle Externo, e cargos lotados no gabinete da Presidência - estarão isentos do controle de ponto. Já os cargos em comissão lotados em gabinetes de conselheiros e conselheiros substitutos, procuradores, Vice-Presidência, Corregedo-



ria e Ouvidoria baterão ponto uma vez por dia.

Segundo Douglas de Melo, o acordo teve como referência o sistema biométrico de ponto adotado pelo Poder Judiciário do Maranhão implantado em todas as unidades do Judiciário no biênio 2008/2009.

**FUNCIONÁRIOS FANTASMAS** - O acordo encerra Ação Civil Pública condenatória com Obrigação de Fazer com Pedido de Tutela Incidental proposta pelo Ministério Público do Estado do Maranhão em desfavor do Estado do Maranhão. Na nar-

ração dos fatos, o autor cita “Notícia de Fato nº 16/2016, instaurada a partir de representação formulada pela Associação Contas Abertas e pelo Instituto de Fiscalização e Controle, que revelaram favorecimentos e presença de ‘funcionários fantasmas’ no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão”, notadamente o caso de Thiago Augusto Azevedo Maranhão, amplamente noticiado e judicializado (Ação Popular nº 0817601-71.2016.8.10.0001). Ainda segundo o autor, entre os anos de 2013 a 2016 exerceu o cargo em comissão de

assessor de Conselheiro do Tribunal de Contas, no entanto não exerceu suas atribuições, pois, durante o mesmo período, o servidor trabalhou e fez pós-graduação no Estado de São Paulo.

**RECADASTRAMENTO** - “Diante da existência de funcionário recebendo valores a título de remuneração sem a devida prestação de serviço em órgão de fiscalização como o Tribunal de Contas, resolveu-se, ainda no âmbito da Ação Popular, determinar o recadastramento dos servidores da instituição, com vistas a corrigir outras eventuais irregularidades constatadas ou mesmo tratar o caso específico como isolado”, consta da ação.

Ressaltando o início da citada atualização cadastral no TCE, o que, para o autor da ação, representa medida essencial para a correção de distorções como a relatada, o autor salienta ainda ser imprescindível a implantação do sistema informatizado de ponto, via biometria, por meio de impressão digital, capaz de exercer o controle de registro de frequência dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

# **BateRebate**

---

## **VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha, recebeu representantes do Fórum Maranhense de Mulheres, Rede Amiga da Mulher e Conselho Maranhense de Condição Feminina, a fim de discutir questões relacionadas a garantias de segurança jurídica nas lides que versam sobre violência de gênero no Maranhão. Durante a reunião, que aconteceu na sexta-feira (28), uma das coordenadoras do Fórum Maranhense de Mulheres, Maria Mary Ferreira, protocolou documento ao TJMA, apresentando pedidos com o fim de melhorias nos julgamentos de processos que envolvem mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no Estado. Entre as solicitações, a realização de cursos de formação continuada para magistrados sobre a Lei Maria da Penha e suas aplicações, qualificação para realização de oitiva de crianças e fóruns de discussão entre magistrados e a sociedade sobre o tema.

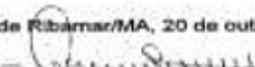
  
**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 1º OFÍCIO**  
**COMARCA DA ILHA DE SÃO LUÍS-MA**  
**TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR-MA**  
Luziene Castelo Branco Campos dos Santos  
**Titular**  
Clemilson Sousa Moura      Liziane Santos Pereira Bosaipo  
Substituto                      Substitua  
Anna Carolina Santos Moura      Luciano de Sousa Cantanhêde  
Substituto                      Escrevente Autorizado

**EDITAL**

**A SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 1º OFÍCIO DA COMARCA DA ILHA DE SÃO LUÍS, ESTADO DO MARANHÃO, TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, POR DISPOSIÇÃO LEGAL, ETC.**

**FAZ SABER**, por meio deste EDITAL, a quem interessar, que a empresa **SPE TERRAS RIBAMAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o número 21.929.642/0001-40, com sede na Rua Bélgica, s/nº, Bairro Engenho, neste município de São José de Ribamar, Estado do Maranhão, registrada na JUCEMA sob o Nire: 21200891518, requereu Registro de um **Loteamento denominado de RESIDENCIAL MONTE BELLO**, localizado na Rua Bélgica, s/nº, Quadras de nºs 15-A, 15-B, 23-A e 23-B, do Loteamento "JARDIM INDEPENDÊNCIA", situado no lugar Engenho, em São José de Ribamar/MA, protocolado nesta serventia no dia 07 de outubro 2016, sob o número de protocolo 105.516, o qual possuirá uma área total de 113.227,00m², distribuídos em 424 lotes residenciais, perfazendo 71.636,99m²; com 24.541,87m² de áreas de ruas e passagens; 17.048,14m² de Áreas Institucional e Área verde. Tudo conforme Plantas, Memorial Descritivo e Lei nº 1.109 de 30 de agosto de 2016, sancionada por Giliano Fred Nascimento Cutrim, Prefeito Municipal do município de São José de Ribamar/MA. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado em 3 (três) dias consecutivos de maior circulação, o qual poderá ser impugnado no pra de 15 (quinze) dias, contados da data da última publicação, conforme art. 19 da Lei nº 6.765/79. Dado e passado nesta cidade e Comarca de São José de Ribamar, Maranhão, aos 20 de outubro de 2016. Eu, Luciano de Sousa Cantanhêde - Escrevente Autorizado, digitei e assino.

São José de Ribamar/MA, 20 de outubro de 2016.

  
**LUCIANO DE SOUSA CANTANHÊDE**  
ESCREVENTE AUTORIZADO



## Inspeção

Na última terça-feira (25), uma equipe de servidores da Corregedoria visitou o Centro de Convenções da UFMA e inspecionou o espaço disponível para acomodar os casais; a distribuição das cadeiras no ambiente; a sala para os magistrados celebrantes; o estacionamento e a logística dos serviços de saúde, apoio e segurança do evento. Na próxima semana será realizada, no local, uma reunião das equipes de servidores que vão trabalhar na recepção, condução e orientação dos casais e na entrega das certidões, conforme a serventia extrajudicial de registro dos proclamas.

# Vencedores da grande corrida

Foram 12 premiações distribuídas no percurso de 5km da Corrida do Servidor nas categorias: geral, servidor e cadeirante (masculino e feminino)

DIVULGAÇÃO



Centenas de participantes marcaram presença na Corrida do Servidor Público promovida pelo TJMA

**M**ais de 650 participantes, incluindo magistrados, servidores, além de pessoas com deficiência, como cadeirantes e integrantes da Apae, marcaram presença na Corrida do Servidor Público, realizada no último fim de semana em São Luís. Promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), o evento contou com magistrados, servidores e de pessoas com deficiência. Foram 12 premiações distribuídas no percurso de 5km em duas categorias: geral, servidor e cadeirante (masculino e feminino).

O desembargador Cleones Cunha, presidente do TJMA, premiou os vencedores e destacou o empenho dos servidores. “Temos ótimos servidores no Judiciário maranhense. Parabéns a todos e agradeço, de forma especial, aqueles que trabalharam intensamente para que este

momento acontecesse de forma tão interativa”, ressaltou.

A corrida teve como ponto de largada o Fórum Desembargador Sarney Costa (São Luís), percorrendo a Avenida Carlos Cunha, Via Expressa, com retorno ao Fórum. A diretora de Recursos Humanos, Mariana Clementino, disse que a ideia da corrida partiu dos servidores, em sintonia com a meta de todos os setores de recursos humanos dos tribunais, que é a de promover a qualidade de vida. “Foi uma proposta nova e desafiadora, e não medimos esforços para que tudo saísse perfeito. É um grande momento, que trouxe motivação e estímulo para que os servidores e magistrados pratiquem uma atividade física. Uma interação através do esporte”, afirmou.

Mariana Clementino agradeceu as empresas que colaboraram com o evento, com as premiações e os serviços prestados após a corrida, como orientações nutricionais, demonstração de cuidados com a saúde do corpo, dicas de beleza, massagens e aulas de zumba.

Todos os participantes receberam o kit do atleta com camisa dry-fit da corrida, viseira, barra de cereal e sacola. Os que subiram no pódio, 12 ao todo, foram agraciados com medalhas, troféu e mais um kit contendo camiseta, coqueteleira e mostra de suplementos alimentares. Os que completaram o percurso receberam medalha por participação.

### Feminino

Na categoria servidor feminino, venceram Ivana Gomes Alves (1º lugar); Thais Edith Silva Granjeiro (2º lugar) e Márcia Nunes Gusmão (3º lugar). “Eu sou corredora há um bom tempo e gostei da iniciativa do tribunal. O evento foi muito organizado”, declarou a campeã da categoria, que é lotada na 2ª Vara da Infância e Juventude. Servidora da Coordenadoria de Finanças, Márcia Gusmão revelou que ficou contente quando soube da promoção da corrida do TJMA. “Estou muito feliz por ter ficado entre as primeiras colocações”, disse.

### Premiação geral

Na categoria Geral (feminino), a vencedora foi Larisse do Nascimento de Sousa. A segunda colocada foi Cleudilene Ramos dos Santos. Ana Célia Gonçalves Amorim chegou na terceira posição. Entre os homens, o primeiro a terminar o percurso de 5km foi Josimar da Conceição Silva. O segundo melhor tempo foi feito por Ademilson Ribeiro Correia. Werison Rodrigues ficou em 3º lugar. Os inscritos nas categorias Geral e Servidor concorreram aos prêmios de R\$ 2 mil para o 1º colocado; R\$ 600 para o 2º colocado e R\$ 400 para o 3º colocado, no masculino e feminino. Foram entregues também premiações aos primeiros colocados na categoria Servidor.

### Masculino

Na categoria servidor masculino, subiram no pódio Josealdo Mendes (1º lugar), Márcio Castro Brandão (2º lugar) e Sterferson Lima Costa Ferreira (3º lugar). O campeão da categoria – que trabalha na coordenação de Apoio – dedicou o prêmio ao amigo Estevão Carlos. “Ele sempre foi um grande amigo e meu principal incentivador”, frisou.

O vice-campeão, juiz Márcio Brandão, ressaltou que foi um evento diferente, promovendo uma reflexão sobre a saúde e qualidade de vida do servidor. “Foi uma maneira interessante e saudável de comemorar o Dia do Servidor, principalmente o do Judiciário, que é um servidor batalhador e guerreiro, que coloca tribunal entre os que se destacam em produtividade no país”, assinalou.

## Comissão de Orçamento realiza primeira discussão da Lei Orçamentária para 2017

A Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa debateu, nessa terça-feira (1º), o Projeto de Lei Orçamentária (PLO) para o exercício financeiro de 2017, apresentado pelo Poder Executivo. Na audiência, o consultor legislativo da Casa Flávio Olímpio fez o detalhamento e esclareceu aos parlamentares todos os pontos da peça orçamentária, que estima a receita e fixa as despesas do Estado do Maranhão no próximo ano. A reunião foi conduzida pelo deputado Vinícius Louro (PR), presidente do colegiado. A matéria em discussão corresponde à proposta original encaminhada pelo Palácio dos Leões e ainda deve passar por outras discussões até a

apreciação pelo Plenário e votação final, prevista para acontecer até dezembro. “Foi uma reunião muito importante, onde a Assembleia Legislativa, por meio da Comissão de Orçamento, ouviu a explanação de uma pessoa especializada no assunto”, afirmou Vinícius Louro. Entre os pontos debatidos estiveram os gastos com as despesas de custeio, que envolvem o pagamento da folha de pessoal e os encargos. Para essas despesas estão previstos R\$ 8,8 bilhões, um aumento de 12% em relação ao orçamento de 2016, no qual foram destinados R\$ 7,3 bilhões. O orçamento destinado à Assembleia Legislativa também prevê um aumento de 8,2%, passando de R\$ 329,2 milhões para R\$ 356,4 milhões.

Para a Justiça e para a Procuradoria Geral do Estado também estão previstos aumentos no orçamento de 14% e 31,20%, respectivamente. Já para a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) está previsto um incremento de 125,64% e, para a segurança pública, uma diminuição no orçamento em torno de 58%. O deputado Adriano Sarney (PV), que participou da audiência, criticou alguns pontos do PLO, como o aumento da receita do Governo do Estado, com o consequente aumento das receitas tributárias, que deverá ser em torno de 10% em relação ao orçamento de 2016. “Outra questão que me chamou a atenção foi o aumento do endividamento do Estado. Aprovamos aqui na Assembleia Legislativa alguns empréstimos importantes, inclusive internacionais, que vão aumentar esse endividamento. Outra questão que foi um projeto aprovado pela Casa,

que cria a UEMASUL, mas o PLO para 2017 não contempla novas vagas de emprego para a universidade. Então, a pergunta que fica é como o governador pretende criar a UEMASUL se nós não estamos contemplando no PLO novas vagas? São questões que ficam no ar e que serão discutidas”, assinalou o parlamentar. O consultor Legislativo Flávio Olímpio destacou que os parlamentares devem estudar o PLO para indicar qual será a destinação de suas emendas. “Agora os parlamentares devem estudar a proposta e delimitar para onde encaminharão as suas emendas e o valor, que será fixado em conjunto com o Governo. A propositura das emendas também tem certos regramentos, como a indicação de onde vai sair o recurso. As emendas precisam estar compatíveis tanto com a Lei de Diretrizes Orçamentárias como com o Plano Plurianual”, finalizou.

## Primeira Cruz

# Justiça condena ex-prefeito por atos de improbidade administrativa

Em sentenças datadas dessa segunda-feira (31), o juiz Raphael de Jesus Serra Ribeiro Amorim, titular da comarca de Humberto de Campos, condenou o ex-prefeito do município de Primeira Cruz (termo), Sérgio Ricardo de Albuquerque Bogéa, por atos de improbidade administrativa caracterizados pelas contratações irregulares das servidoras N. M. A. S. (Processo 1211-54.2014.8.10.0090) e M. E. S. M (Processo 1212-39.2014.8.10.0090). Entre as condenações ao

ex-gestor, a perda da função pública; suspensão dos direitos políticos por três anos e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos. Em ambas as sentenças, o ex-prefeito é condenado ainda ao pagamento de multa civil de 25 (vinte e cinco) vezes o valor da remuneração recebida no cargo de prefeito de Primeira Cruz, além de pagamento das custas

processuais. As sentenças atendem a Ações Cíveis Públicas por Ato de Improbidade Administrativa interpostas pelo Ministério Público em desfavor do ex-gestor em função da "contratação sem prévia aprovação em concurso público e posterior demissão" das citadas servidoras. De acordo com a ação, as contratações irregulares se deram nos anos de 1998 e 2005, respectivamente, sob a gestão de outro prefeito do município, entretanto perduraram quando da titularização do requerido

à frente da Prefeitura de Primeira Cruz. Em contestação, o réu alegou que "encontrou o município em estado de caos e com grande déficit de servidores, tornando premente a contratação temporária dos servidores para impedir a suspensão dos serviços essenciais à população no período de um ano, posteriormente renovado pelo ano seguinte". O ex-gestor alegou ainda que as contratações tiveram a aprovação do Legislativo Municipal.

## TJMA recebe visita do presidente da Câmara de Mediação da ACM

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, se reuniu, ontem (1º), em seu gabinete, com o presidente da Câmara de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial do Maranhão, Ivaldo Prado.

Na oportunidade, Ivaldo Prado apontou a importância da parceria entre a Câmara de Mediação e o Poder Judiciário no sentido de fazer um filtro dos processos

que podem ser resolvidos pelo sistema de mediação, para reduzir a demanda processual nas Varas Cíveis, da Fazenda Pública e de Família.

Entre outros assuntos, o presidente da Câmara de Mediação e Arbitragem falou ao presidente do TJMA sobre a ideia de criação de um Portal, para a solução de conflitos pela internet, de forma mais rápida, segura e econômica, com validade legal garantida pela Lei de Mediação.



A reunião ocorreu no Gabinete da Presidência do TJMA

## **Violência de gênero é debatida por presidente do TJMA e entidades femininas**

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha, recebeu representantes do Fórum Maranhense de Mulheres, Rede Amiga da Mulher e Conselho Maranhense de Condição Feminina, a fim de discutir questões relacionadas a garantias de segurança jurídica nas lides que versam sobre violência de gênero no Maranhão.

Durante a reunião, ocorrida na semana passada, uma das coordenadoras do Fórum Maranhense de Mulheres, Maria Mary Ferreira, protocolou documento ao TJMA,

apresentando pedidos com o fim de melhorias nos julgamentos de processos que envolvem mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no Estado. Entre as solicitações, a realização de cursos de formação continuada para magistrados sobre a Lei Maria da Penha e suas aplicações, qualificação para realização de oitiva de crianças e fóruns de discussão entre magistrados e a sociedade sobre o tema. O desembargador Cleones Carvalho Cunha ressaltou que o trabalho de formação continuada sobre o tema tem sido desenvolvido junto aos magistrados e servidores.

Divulgação



Costa foi preso com vasto armamento em Imperatriz

### **SHPP apreende vasto armamento e captura suspeito**

Em cumprimento a mandado de busca e apreensão, decretado pela 2ª Vara Criminal de Imperatriz, Idemar Costa e Silva, conhecido como “Alemão”, foi preso em flagrante por posse ilegal de arma de fogo de uso restrito, na manhã de ontem (1º). A Superintendência de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP) apreendeu com o suspeito um vasto armamento, incluindo uma pistola 9mm. “Alemão”, segundo o delegado regional Eduardo Galvão, escondia em sua casa, situada na cidade de Imperatriz, além da 9mm, uma garrucha com capacidade para duas munições; um simulacro de pistola PT 100; dezenas de projéteis de calibres diversos; colete balístico; capuz; rádios de comunicação HT; dezenas de facas, canivetes e punhais. Galvão frisou que Idemar Costa é investigado por ter assassinado Aldizon Cruz Silva e Vanessa dos Santos, na noite do dia 3 de julho deste ano, no bairro Vila Leandra, naquele município. (NM)

## Sobe/Desce

### **Sobe**

O 1º Juizado Criminal da capital São Luís (1º Jecrim) repassou para entidades da sociedade civil organizada o valor de R\$ 163.130,90 referentes à arrecadação com transação penal realizada na unidade ao longo de 2016. Ao todo foram contempladas 17 entidades, cada uma recebeu valores que variam de R\$ 6.800,00 a R\$ 10.000,00, conforme orçamento da proposta apresentada.

## Seic localiza traficante interestadual com sentenças condenatórias

O traficante interestadual Antônio Erasmo Dias dos Santos foi localizado pela Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) no decorrer desta terça-feira (1º), em São Luís. O criminoso, que tinha contra si uma sentença condenatória de 21 anos de reclusão, foi encontrado pelos investigadores na Vila Palmeira, conforme as fontes da Polícia Civil destacaram.

Além da condenação citada, que foi decretada pela 1ª Vara de Entorpecentes da Comarca de Porto Velho/RO, Antônio também possui outra sentença condenatória pelo mesmo crime, isto é, tráfico de drogas, expedido pela 1ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz/MA. Neste caso, a pena de reclusão foi assinada em oito anos, segundo o delegado Tiago Bardal, chefe da Seic, confirmou. (NM)

